

Em 01/08/07
Assessoria de Planejamento

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete Deputado CABO PATRÍCIO

RQ 394/2007
REQUERIMENTO Nº _____
(DO DEPUTADO CABO PATRÍCIO-PT)

Ao Protocolo Legislativo para registro e, em seguida, à Presidência, enviada a Párea, para deliberar à vista do parecer do relator designado.

Em 01/08/07

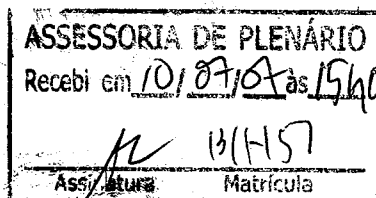
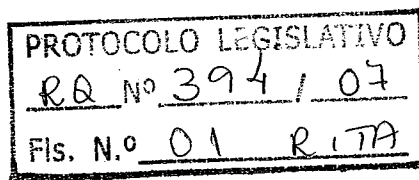
[Assinatura]
Prátorio Patrício
Chefe da Assessoria de Planejamento

Requer o encaminhamento de solicitação de informações de Estado e Desenvolvimento Social e Trabalho.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Requeiro, nos termos do art.129, inc.VIII, art. 145, inc XIX, do Regimento Interno, e art. 60 inc.XXXIII e art 155 da Lei Orgânica do Distrito federal, que sejam solicitadas ao Excelentíssima Senhora Secretária de Estado e Desenvolvimento Social e Trabalho do Distrito Federal as seguintes informações:

- 1- Quantos cemitérios existem no Distrito Federal? Informar nome e localidade.
- 2- Quais destes cemitérios são geridos pelo GDF e quais estão com sua gestão terceirizada?
- 3- Com relação aos cemitérios que funcionam através de terceirização, informar quais as empresas responsáveis por cada cemitério.
- 4- Cópia dos contratos e de qualquer outro documento firmado entre o GDF e estas empresas que atualmente são responsáveis pela gestão dos cemitérios.



[Assinatura]

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento tem por objetivo verificar situação dos cemitérios terceirizados no Distrito Federal, que tem sido alvo da imprensa local e que tem trazido maior preocupação e dor àqueles que precisam dos serviços de sepultamento.

É público que o valor dos sepultamentos praticamente triplicou desde que ocorreram as terceirizações e que apesar de serem os preços estabelecidos em lei, o valor de um sepultamento é exorbitante, chegando aproximadamente a R\$2.700,00o mais simples.

Além dos valores altos cobrados para cada sepultamento a imprensa local informa que essas empresas ainda utilizam da prática abusiva da venda casada de produtos e serviços, condenada pelo Código de Defesa do Consumidor.

Assim além das questões relacionadas ao interessa da população, essas informações dizem respeito ao uso racional dos patrimônios públicos do Distrito Federal, matéria sujeita à fiscalização e ao controle desta casa.

Dada a relevância social e econômica do tema é que solicitamos as informações mencionadas.

Sala das sessões em de julho de 2007


CABO PATRICIO
(Deputado Distrital-PT)

PROTOCOLO LEGISLATIVO
RA Nº 394 / 07
Fls. N.º 02 R. 1A